



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA - CLASSE 13101

AUTOS N.: 26863-20.2013.4.01.3800

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

ACUSADOS: ANTÔNIO DONATO BAUDSON PERET
MARCUS VINÍCIUS GARCIA CUNHA
João Matheus Vetter de Moura

TIPO DA SENTENÇA: D

O Ministério Público Federal, às fls. 02A/12A, denunciou **ANTÔNIO DONATO BAUDSON PERET**, alcunha "TIM", brasileiro, nascido em 27.01.1988, filho de Donato Peret Mauro e Vânia Baudson de Castro Peret, portador do RG MG-15.796.263-SSP/MG, residente na Rua Nunes Vieira, n. 255, ap.^{to} 901, Bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte/MG, **MARCUS VINÍCIUS GARCIA CUNHA**, brasileiro, nascido em 09.06.1986, filho de Elizete Garcia Alves e Eduardo de Oliveira Cunha, portador do RG MG-15.114.173-SSP/MG, inscrito no CPF sob o n. 086.865.166-45, residente na Rua Cinco, n. 129, Bairro Centro, em Iguatama/MG, e **João Matheus Vetter de Moura**, imputando aos dois primeiros acusados a prática dos crimes tipificados no artigo 20, *caput*, c/c § 2º da Lei n. 7.716/89, artigo 20, § 1º c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/90, na forma do art. 69 do Código Penal, e ao último a prática do crime tipificado no artigo 20, *caput*, c/c § 2º da Lei n. 7.716/89.

Narra a denúncia que, após uma investigação iniciada em 10.03.2013,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

sobre a divulgação, via *site* de relacionamentos *Facebook* na *internet*, de imagens e mensagens discriminatórias e preconceituosas, principalmente com divulgação de ideias nazistas, foi identificado o primeiro denunciado, Antônio Donato, em cuja página foram encontradas diversas fotos veiculando símbolos relacionados ao nazismo e mensagens com conteúdo racista, incitação à violência e preconceito contra minorias, bem como com exaltação da atuação de grupos denominados "*skinheads*".

Segue a denúncia narrando que, a partir da página de Antônio Donato Baudson Peret na rede social *Facebook*, os policiais pesquisaram seu histórico de amizades e conexões sociais e chegaram a diversas pessoas, entre elas os denunciados Marcus Vinícius Garcia e João Matheus Vetter, em cujos perfis foram encontradas imagens e mensagens discriminatórias, sobretudo com intolerância racial e ligadas aos ideais nazistas.

Consta ainda da denúncia que Marcus Vinícius publicou, no seu perfil do *Facebook*, em 20.03.2013, diversas fotos com imagens e mensagens discriminatórias, entre elas uma foto na qual ele aparece com um soco-inglês com a bandeira "*Rock Against Communism*" ao fundo, outra na qual ele aparece com um soco-inglês com a bandeira "*Rock Against Communism*" ao fundo, acompanhada da legenda "*Conflito 88!*", e outra que mostra um muro pichado com os dizeres "*Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas!*" seguidos da cruz suástica.

Segundo ainda a inicial, Marcus Vinícius é a pessoa que aparece com Antônio Donato em fotos nas quais estão acompanhados de um menor – que se apurou ser filho de Marcus Vinícius –, que ostenta no peito uma réplica de uma cruz de ferro, condecoração militar utilizada na Alemanha durante a Segunda Guerra, e que posou para as fotos fazendo a saudação nazista, sendo que o menor teria sido induzido por eles a praticar tais condutas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

No curso do inquérito policial, instaurado no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais, foi decretada a prisão preventiva dos réus Antônio Donato e Marcus Vinícius, tendo os réus permanecido presos, respectivamente, de 14.04.2013 a 23.10.2013 e de 14.04.2013 a 08.10.2013 (fls. 145/147, 150, 162, 163, 839, 840, 890 e 891).

Em face dos fatos apurados, o Juízo Estadual da Vara de Inquéritos Policiais declinou da competência em favor da Justiça Federal (fls. 384/387).

Decisão de fl. 389 deferiu o requerimento da defesa e determinou a requisição das imagens gravadas pelas câmeras "Olho Vivo" na Savassi.

A denúncia veio acompanhada do Inquérito Policial n. 22851-60.2013.4.01.3800, conduzido pela Delegacia de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil (fls. 02/364), arrolou duas testemunhas e foi recebida em 27.05.2013, oportunidade em que foi decretado o segredo de justiça, em face da apuração de delito constante do Estatuto da Criança e do Adolescente, e mantida a prisão preventiva decretada em desfavor de Antônio Donato Baudson Peret e Marcus Vinícius Garcia Cunha (fls. 419/420 e 608).

Ofício oriundo da Polícia Militar informou a impossibilidade de fornecimento das imagens das câmeras "Olho Vivo", ante o decurso de prazo, posto que as imagens só ficam armazenadas pelo período de cinco a dez dias (fl. 551).

Os réus Antônio Donato e Marcus Vinícius foram citados às fls. 431 e 432.

Defesa preliminar de Antônio Donato apresentada às fls. 552/599, com rol de oito testemunhas.

Laudo de vistoria em computador às fls. 634/648.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Defesa preliminar de Marcus Vinícius apresentada pela Defensoria Pública da União às fls. 658/676, com rol de cinco testemunhas.

Ante a inexistência de causas de absolvição sumária, determinou-se o prosseguimento do feito às fls. 682/683.

Realizada em 18.10.2013 audiência de instrução e julgamento, consoante ata de fls. 861/862, na qual foram ouvidas as testemunhas presentes arroladas pelas partes, por meio audiovisual, juntada a mídia magnética à fl. 865. Na oportunidade, a defesa de Antônio Donato requereu a substituição da testemunha Davis William por Débora Vaicekauskis Pupo – o que restou deferido, tendo sido a testemunha ouvida –, insistiu na oitiva da testemunha Luiz Célio Damásio, requerendo prazo para informar seu paradeiro, e reiterou o pedido de liberdade provisória, que restou deferido em decisão proferida nos autos n. 43743-87.2013.4.01.3800, juntada por cópia às fls. 882/883.

A testemunha Maria Aparecida do Carmo, arrolada pela defesa de Marcus Vinícius, foi ouvida por carta precatória, juntado o termo à fl. 875.

Decisão de fl. 883 diferiu a análise do pedido de exame de insanidade dos réus Antônio Donato e Marcus Vinícius para após a audiência de interrogatório.

Solicitadas informações acerca do procedimento instaurado no âmbito da Penitenciária Nelson Hungria para averiguar denúncias de ofensa à incolumidade física do réu Antônio Donato à fl. 892, que restaram prestadas consoante Ofício de fls. 982/984.

Em continuidade à instrução, foi realizada audiência em 25.11.2013, consoante ata de fls. 933/934, na qual a defesa de Antônio Donato desistiu da oitiva da testemunha Luiz Célio Damásio, ante o não comparecimento, sendo a seguir os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

réus interrogados, por meio audiovisual, juntada a mídia magnética à fl. 937. Na fase de diligências, as defesas de Antônio Donato e Marcus Vinícius requereram a realização de exame de insanidade mental. Na oportunidade, o MPF apresentou alegações finais orais, pugnando pela condenação dos acusados, nos termos da denúncia.

A testemunha Ramon Rodrigues Costa, arrolada pela defesa de João Vetter, foi ouvida por carta precatória, juntado o termo à fl. 948.

À fl. 975, decisão que deferiu a admissão da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais – FISEMG como assistente de acusação e determinou a instauração dos incidentes de insanidade mental dos réus Antônio Donato e Marcus Vinicius, que receberam os números 9313-75.2011.4.01.3800 e 9314-60.2014.4.01.3800, e a suspensão do processo em 14.02.2014, determinando-se o desmembramento do feito em relação ao réu João Matheus Vetter de Moura, formando-se os autos de n. 9312-90.2014.4.01.3800, que tiveram regular andamento, tendo sido o réu, ao final, condenado.

A testemunha Natália de Bellis Caetano, arrolada pela defesa de Antônio Donato, foi ouvida por carta precatória e meio audiovisual, juntada a mídia magnética à fl. 996.

Laudo pericial em telefone celular às fls. 1009/1031.

Laudo pericial em computador às fls. 1034/1050.

Juntado às fls. 1055/1057 o Laudo de Sanidade Mental de Antônio Donato.

O exame de insanidade mental de Marcus Vinícius Garcia Cunha não foi realizado, posto que o acusado, apesar de devidamente intimado na pessoa de sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

curadora, não compareceu à perícia na data agendada, restando indeferido pedido de novo agendamento (fls. 42 e 46 dos autos n. 9314-60.2014..4.01.3800).

A FISEMG apresentou suas alegações finais às fls. 1060/1064. Em preliminar, sugeriu baixa dos autos em diligência a fim de intimar a defesa para se manifestar sobre novo interrogatório e o Ministério Público para aditar as alegações finais. No mérito, requereu a condenação dos acusados. Quanto ao crime previsto no art. 20 da Lei n. 7.716/89, sustentou que a materialidade e a autoria do delito foram comprovadas em face da incontestada veiculação e compartilhamento de manifestações de cunho discriminatório, preconceituoso e racista, não comprovada a inimputabilidade bem como o alegado *animus* de brincadeira. Em relação ao crime previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/90, sustentou que foram comprovadas a materialidade e a autoria e, ademais, que os réus tinham plena consciência do significado da cruz de ferro e o gesto da criança não deixa dúvidas de que eles lhe explicaram o significado. Requereu, em face das circunstâncias judiciais, a fixação da pena acima do mínimo legal e a fixação do regime inicial fechado, negando-lhes a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

A defesa de Antônio Donato apresentou alegações finais às fls. 1070/1103. Em preliminar, alegou nulidade por cerceamento de defesa, ante a inexistência das filmagens da região da Savassi, bem como inépcia da denúncia. No mérito, requereu a absolvição do acusado pela prática do crime de racismo, sustentando, em síntese, que a agressão ao morador de rua foi uma brincadeira de mau gosto e que o órgão acusatório não se desincumbiu de comprovar as acusações em juízo. Subsidiariamente, requereu a desclassificação da conduta para o crime de injúria, previsto no art. 140, § 3º, CP. Quanto ao crime de corrupção de menores, alegou a atipicidade da conduta, sustentando que a intenção era apenas produzir uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

foto com gestos que chamassem a atenção, sem qualquer apologia ao nazismo, e que o fato ocorreu na presença do pai do menor, não tendo sido sequer juntada a certidão de nascimento para comprovar sua menoridade. Em caso de condenação, requereu o reconhecimento do crime continuado entre as condutas em vez do concurso material requerido pela acusação.

A DPU apresentou razões finais em favor de Marcus Vinícius às fls. 1104/1122. Em preliminar, requereu a nulidade das alegações finais apresentadas pelo órgão ministerial, ante a violação dos princípios da dialeticidade, ampla argumentação, contraditório e devido processo legal. No mérito, sustentou a atipicidade das condutas imputadas ao réu, ante a ausência de dolo. Alegou ainda que a publicação da foto com a mensagem "*Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas!*" foi um erro, mas não tinha conteúdo racista ou discriminatório. No tocante ao crime de corrupção de menores alegou que o réu não disse para seu filho fazer a saudação com o braço esticado, bem como não lhe deu a cruz de ferro para usar. Alegou ainda que o réu sofreu violenta pressão quando foi preso. Em caso de condenação, requereu o reconhecimento do princípio da especialidade, devendo ser absorvido o crime previsto no *caput* pelo previsto no § 1º do art. 20 da Lei n. 7716/89, sem a caracterização de concurso material entre as condutas, e a inimputabilidade do réu com a consequente aplicação de medida de segurança. Subsidiariamente, requereu a aplicação da pena mínima e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Requereu, por fim, os benefícios da justiça gratuita.

Folhas de antecedentes criminais atualizadas às fls. 745/756 e 759/770.

Autos conclusos para sentença em 07.05.2015 (fl. 1124).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

É o relatório. Decido.

A denúncia imputa aos acusados Antônio Donato e Marcus Vinícius a prática dos crimes tipificados no artigo 20, *caput*, c/c § 2º da Lei n. 7.716/89, artigo 20, § 1º c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/90, na forma do art. 69 do Código Penal, porquanto os réus teriam, em seus perfis no *Facebook*, divulgado mensagens com conteúdo nazista e racista e de incitação à violência e preconceito contra minorias, bem como diversas fotos veiculando símbolos relacionadas ao nazismo, sendo que, em algumas dessas fotos, o menor Gabriel – filho de Marcus Vinícius – teria sido induzido pelos réus a ostentar no peito uma réplica da cruz de ferro e a posar fazendo a saudação nazista.

Houve, como relatado no início, desmembramento do processo em relação ao acusado João Matheus Vetter de Moura, tendo sido formados os autos de n. 9312-90.2014.4.01.3800, os quais tiveram regular andamento, culminando com a condenação do denunciado, restando, portanto, os presentes autos circunscritos às condutas imputadas aos demais denunciados, Antônio Donato Baudson Peret e Marcus Vinícius Garcia Cunha.

Em preliminar, alega a defesa de Antônio Donato inépcia da denúncia e cerceamento de defesa, ante a impossibilidade de obtenção das imagens das câmeras de segurança da região do Bairro Savassi, onde o morador de rua teria sido agredido pelo réu.

Entendo que as teses não merecem prosperar.

Em que pesem os diversos argumentos apresentados pela defesa, verifico que a narração dos fatos na exordial mostrou-se clara, com diversos elementos de prova colhidos no inquérito policial, tendo proporcionado a devida amplitude de defesa, direito que foi exercitado ao longo do processo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Não há que se falar em cerceamento de defesa ante a ausência das filmagens da suposta agressão. O presente processo não trata, na verdade, da suposta agressão ao morador de rua e, sim, da veiculação de imagens e mensagens, pela *internet*, de cunho preconceituoso. Sendo assim, a famigerada imagem da suposta agressão é apenas uma das fotografias que teriam sido postadas pelo réu pela *internet*, em seu perfil no *Facebook*. Além disso, ressalto que o corréu Marcus Vinícius, que se declarou autor da foto, afirmou em juízo que a foto foi feita a partir de um vídeo filmado por meio da câmera de Antônio Donato e que este teria a gravação completa. Sendo assim, diante de tal informação e principalmente em face da impossibilidade de obtenção das filmagens de outra fonte, entendo que a própria defesa poderia ter apresentado a filmagem em juízo, o que não ocorreu.

Ainda em preliminar, alegou a defesa de Marcus Vinícius a nulidade das alegações finais apresentadas pelo órgão ministerial, ante a violação dos princípios da dialeticidade, ampla argumentação, contraditório e devido processo legal.

A tese, a meu ver, não merece prosperar. A nulidade de qualquer ato processual exige a comprovação do prejuízo, o que não ocorreu. Além disso, não obstante a inexistência de fundamentação das alegações finais pelo órgão acusador revele postura passível de censura, não impede a atuação da defesa, bem como a valoração das provas e o julgamento do feito.

Superadas as preliminares, passo ao mérito.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que a Lei n. 7.716/89 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, buscando reprimir, na esteira da intenção protecionista da Constituição de 1988, a defesa e a difusão de ideias preconceituosas e segregacionistas que afrontem a dignidade daqueles pertencentes a toda uma raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A lei assume maior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

relevância diante da sociedade brasileira, marcada por sua diversidade étnica e pluralidade social, revestindo-se de especial gravidade a violação de fundamento tão importante à humanidade e elencado pelos constituintes de 1988 como um dos pilares da República Federativa do Brasil: o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88).

A discriminação racial ou étnico-racial foi definida recentemente, pela Lei n. 12.288/2010, merecendo expressa citação:

"Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo, ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada".

O preconceito, a seu turno, segundo a doutrina de Guilherme de Souza Nucci¹, é

"a opinião formada, a respeito de algo ou alguém, sem cautela, de maneira açodada, portanto, sem maiores detalhes ou dados em torno do objeto da análise, levando a julgamentos precipitados, invariavelmente injustos, provocadores de aversão a determinadas situações. Nas palavras de Sergio Salomão Shecaira, preconceito é o conceito ou a opinião que se tem antes de ter os conhecimentos adequados. Preconceito é, pois, sempre uma atitude negativa, desfavorável para com grupos baseadas em crenças estereotipadas".

A denúncia imputa aos réus Antônio Donato e Marcus Vinícius a veiculação, pelo site de relacionamentos Facebook, de imagens e mensagens

¹ NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. 6. ed. rev., reform. e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012, p. 191.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

discriminatórias e preconceituosas, consubstanciadas na publicação de diversas fotografias, na maioria das vezes comentadas pelos acusados, o que, segundo a acusação, atrairia a incidência dos tipos descritos no artigo 20, *caput* c/c § 2º da Lei n. 7.716/89, artigo 20, § 1º c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, e no art. 244-B da Lei n. 8.069/90, na forma do art. 69 do Código Penal.

Os crimes imputados aos réus são assim descritos:

"Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no *caput* é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

(...)." (Lei n. 7.716/89)

"Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

(...)." (Lei n. 8.069/90)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Pois bem.

Têm-se, nos autos, várias impressões de telas contendo fotos e mensagens retiradas dos perfis abertos mantidos pelos réus Antônio Donato e Marcus Vinícius no *Facebook*.

De forma cronológica, considerando as datas de publicação no *site* de relacionamentos, temos as seguintes telas:

1 – foto de uma réplica da cruz de ferro, na qual aparece bem nítida a suástica em seu centro, acompanhada da mensagem “*Cruz de ferro 1813 / 1939*”, publicada no perfil de Antônio Donato no *Facebook* (“Donato Di Mauro”) em 03.10.12 (fl. 104);

2 – foto em que Antônio Donato, de boné, é visto com o braço direito em riste, tal qual em uma saudação nazista, publicada em seu perfil em 07.10.12 (fl. 100);

3 – foto em que Antônio Donato é visto dentro de uma piscina, com o braço direito erguido como em uma saudação nazista, tendo ao fundo estendida uma bandeira com os dizeres “*Rock Against Communism*”, publicada em seu perfil em 30.10.12 (fl. 75-A);

4 – foto em que Antônio Donato é visto fazendo um gesto obsceno em direção a um muro pichado, no qual se vê a suástica, o número 88, a palavra “*Skinny*” e uma cruz céltica estilizada cobertos por tinta laranja, acompanhada da mensagem “*Ainda usaram a mesma cor de spray... Tontos.*”, publicada em seu perfil do *Facebook* em 06.01.13 (fl. 103-A);

5 – foto em que Antônio Donato é visto sentado, trajando apenas uma bermuda, com o braço direito levantado, em um arremedo de uma saudação nazista,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

publicada em seu perfil em 15.03.13 (fl. 74-A);

6 – foto em que Marcus Vinícius é visto, tendo ao fundo uma bandeira com os dizeres *"Rock Against Communism"*, acompanhada da mensagem *"Conflito 88!"*, publicada em seu perfil do *Facebook* ("Marcus Cunha") em 20.03.13 (fl. 78-A);

7 – foto em que três pessoas encapuzadas e uma pessoa de costas aparecem, sendo que duas pessoas estão segurando uma jaqueta e uma posa para a foto com o braço direito erguido, em uma saudação nazista, ao lado de um muro com a cruz suástica e a expressão "14/88" pichadas, com a legenda *"ANTIFA? HAHAHA – A CADA GRACINHA VIRTUAL, SERÁ COBRADO NA VIDA REAL! BELO HORIZONTE É FASCISTA!"*, publicada no perfil de Antônio Donato em 21.03.13 (fl. 115-A), havendo ainda dois comentários postados por Antônio Donato, no dia seguinte, de teor *"O Nazismo foi outra época, outros povos, enfim, outros tempos. Mas temos como base de nossos ideais o que foi deixado de melhor na história pelo maior estadista que já existiu nesse mundo que não preciso nem citar quem é, precisa?"* e *"Ali na frase está 'BELO HORIZONTE É FASCISTA' por conta dessa moda ridícula de 'ANTIFA' que nos chama de fachos e, também em respeito a alguns camaradas que de fato não são NS/WP. No fim das contas estamos todos na mesma caminhada na luta ANTI-ANTIFA (Assim como o eixo) e por tanto é isso o que faz a diferença. 88!"*, bem como um comentário de Marcus Vinícius, *"ave Conflito88!"*;

8 – foto em que Antônio Donato é visto, com a língua para fora e segurando um copo, tendo ao fundo a bandeira de guerra nazista, sendo que a suástica pode ser vista parcialmente, publicada em seu perfil em 22.03.13 (fl. 106-A);

9 – foto em que uma pessoa, identificada como sendo o corréu Marcus Vinícius, é vista aparentemente deitada de bruços, sendo que o seu crânio, inteiramente desprovido de cabelos, aparece desenhado com um tipo de espuma,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

tendo sido formados uma cruz suástica e o número 14, publicada no perfil de Antônio Donato em 22.03.13 (fl. 99);

10 – foto em que Marcus Vinícius é visto, segurando um soco-inglês, tendo ao fundo uma bandeira com os dizeres “*Rock Against Communism*”, publicada em seu perfil no dia 22.03.13 (fl. 60), sendo que, nesse mesmo dia, o citado réu postou, nos comentários à sua foto, aquela foto em que aparece deitado de bruços, com a cruz suástica e o número 14 desenhados em espuma em sua cabeça;

11 – foto em que Antônio Donato e Marcus Vinícius aparecem acompanhados de uma criança aparentemente do sexo masculino, sendo que a criança traz no pescoço um ornamento similar à cruz de ferro e posa para a foto fazendo o típico gesto da saudação nazista, acompanhada da mensagem “*FAMIGLIA!*”, publicada no perfil de Antônio Donato em 29.03.13 (fl. 66-A);

12 – foto em que Antônio Donato e Marcus Vinícius aparecem acompanhados da mesma criança da foto anterior, sendo que a criança ainda ostenta no pescoço a réplica da cruz de ferro, tendo ao fundo uma bandeira com os dizeres “*Rock Against Communism*”, também publicada no perfil de Antônio Donato em 29.03.13 (fl. 66-B);

13 – foto em que Antônio Donato parece enforcar um senhor com uma corrente, acompanhada do comentário “*Quer fumar um kraquinho? Quer? Em meio a praça pública cheio de crianças? ACHO QUE NÃO!*”, publicada em seu perfil em 29.03.13 (fl. 109-A);

14 – foto de um muro pichado com os dizeres “*Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas!*”, seguidos de uma cruz suástica, acompanhada da citação “*Há uma estrada para a liberdade. Seus marcos são a obediência, o esforço, a honestidade, a ordem, a nitidez, sobriedade, honestidade, sacrifício e amor à pátria*”,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

publicada no perfil de Marcus Vinícius em 04.04.13 (fl. 82-D).

A respeito dos fatos tratados, e outros relevantes, foram ouvidas testemunhas e interrogados os denunciados, tanto em sede policial como em juízo.

A testemunha Jéssica Luiza Pereira de Almeida, quando ouvida em sede policial (fls. 211/212), disse que Antônio Donato tinha ideologia nazista ou nacionalista; que ficou sabendo, através de conhecidos em comum e fotos, que Donato já agrediu pessoas; que ele era uma pessoa agressiva, sendo que foi por causa da agressividade de Donato que a testemunha se afastou do grupo deles, pois Donato teria tentado agarrá-la à força.

Posteriormente, arrolada pelo MPF e pela defesa de Antônio Donato, a testemunha Jéssica Luiza declarou em juízo ter conhecido Antônio Donato, cujo apelido era "Tim", em 2007, tendo ficado sabendo por amigos em comum e por fotos que Donato fazia parte do grupo Carecas do Brasil de Minas Gerais - CBMG, que defendia ideologia diferente da dos nazistas – já que não tinha essa ideia da "*raça pura*" –, mas havendo pouquíssimos pontos de divergência entre as duas ideologias, sendo que os participantes de ambos os grupos eram amigos. Disse a testemunha que o CBMG atuava contra homossexuais, moradores de rua e usuários de drogas. A testemunha afirmou que, em palavras, Antônio Donato tinha postura nazista e conduta agressiva, de "*higienização*", sendo contrário a homossexuais, moradores de rua e usuários de drogas, que, segundo ele, "*fariam mal à nação*". A testemunha disse que manteve contato com Antônio Donato via *Orkut* e MSN até o momento em que ele teria tentado uma abordagem agressiva em relação a ela, quando, então, a testemunha cortou contato com o réu, isso em 2008. Por fim, a testemunha afirmou que Antônio Donato fazia divulgação dos ideais nazistas virtualmente pelo *Orkut*, e que citado réu só andava vestido com camisas de bandas que propagavam essas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

ideias em músicas e camisas com o *slogan* "White Pride" também.

Por sua vez, a testemunha Aparecido da Silva, arrolada pelo MPF e pela defesa de Antônio Donato, narrou, em juízo, o seguinte: que lá pelo final de 2012 presenciou, na Praça da Liberdade, por volta das 18/19h, dois rapazes atacando outros dois rapazes que lá estavam, sendo que um dos agressores portava uma faca e o outro, um soco-inglês; que, ao atacarem os dois rapazes, os agressores gritavam repetidamente "*gay tem que morrer*"; que o rapaz que estava com a faca atingiu um dos rapazes várias vezes, quase o acertando no pescoço; que fez o reconhecimento dos agressores na polícia.

Quando ouvido anteriormente em sede policial (fls. 276/277), Aparecido da Silva havia prestado as mesmas declarações acima, tendo acrescentado apenas que "*não teve dúvidas de reconhecer os agressores*" e que "*mostrado ao depoente uma pagina de jornal com a foto do agressor Antônio Donato Baudson Peret, preso por dois policiais desta Especializada para reconhecimento do depoente, que disse com certeza, apontando para a foto, esse foi o cara que efetuou a facada no ombro da vítima e tentava esfaquear o pescoço da vítima e gritava o tempo todo, gay tem que morrer*" "*gay tem que morrer*" e com a mesma cara de sinismo que esta na foto da pagina do jornal estava na hora em que estava na delegacia tipo desdenhando as testemunhas presentes" (sic).

A testemunha Antônio Campos, indicada pela defesa de Donato, afirmou em juízo o seguinte: era namorado da mãe de Antônio Donato, o "Tim", e amigo deste; Donato não era uma pessoa violenta e nem mau caráter; Donato teve problemas com crack e pediu para ser internado, para se livrar do vício; a foto com o morador de rua foi uma "*simulação de agressão*" e foi postada por Donato porque ele queria provar para seus amigos, conhecidos e familiares que ele não só estava livre do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

vício como agora ele combatia o crack; Donato era um *"poço de despreparo"* e um *"ingênuo"*; a repercussão, na mídia, da foto com o morador de rua destruiu Donato; Antônio Donato era lutador de boxe na época em que tirou a foto com o morador de rua; Antônio Donato começou a trabalhar para a testemunha na editora e distribuidora de material publicitário de sua propriedade, tendo ido muito bem no desempenho do trabalho; Donato não era racista e nem sabia o que era nazismo, confundindo nazismo com nacionalismo; Donato tinha amigos homossexuais que frequentavam a sua casa, mas a testemunha não soube informar o nome de um desses amigos sequer, esclarecendo depois que soube de tal fato por meio de comentários feitos pela mãe de Antônio Donato; Donato foi para Americana/SP para fugir do linchamento que sofreria por parte de integrantes de gangues daqui de Belo Horizonte; achou o *"fim da picada"* as fotos de Antônio Donato com a criança, publicadas no *Facebook*; o pai de Antônio Donato é homem trabalhador, artesão, e tem contato com o filho, sendo que Donato chegou a trabalhar com o pai certa época; Donato foi usuário de outras drogas antes do crack e, mesmo nessa época, nunca apresentou comportamento anormal.

Ouvida em juízo, a testemunha Márcio Barbosa Mendes, arrolada pela defesa de Donato, afirmou ser amigo da mãe de Donato e frequentar de vez em quando a casa deste, acompanhado de seu namorado, e que, nessas ocasiões, Donato nunca teve qualquer comportamento racista ou homofóbico contra ele ou seu namorado.

Por sua vez, a testemunha Rony Lima Mendes Teodoro, arrolada pela defesa de Antônio Donato, afirmou em juízo ser colega de Donato desde 2008 e que Donato sempre lhe pareceu muito calmo, nada violento e não ser racista, vez que eles tinham muitos amigos em comum negros, gays ou bissexuais, sendo que alguns



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

desses amigos costumavam ir à casa de Donato nadar e jogar e o relacionamento entre eles e Donato sempre foi bom. A testemunha disse ainda que frequentava o quarto de Donato e dava manutenção no computador dele, nunca tendo visto qualquer imagem racista, violenta ou homofóbica no equipamento dele. Por fim, informou que era amigo de Donato no *Orkut* e no *MSN*, mas não no *Facebook*, e que soube que Donato chegou a ser internado, por motivo de depressão.

Débora Vaicekauskis Pupo, testemunha da defesa de Donato, apresentou-se em juízo como noiva de Donato, com quem manteria um relacionamento amoroso fazia 3 anos. Disse que se conheceram pelo *Facebook* e terminaram o relacionamento um mês antes da divulgação da foto com o morador de rua. Atestou que Donato era carinhoso, sensível, de grande coração e que nunca presenciou qualquer ato racista, nazista ou homofóbico por parte de Donato. Informou que Donato sempre trabalhou como auxiliar de ourives. Disse que Donato costumava divulgar fotos de apologia a malhação, antidrogas e antianabolizantes e que Donato sempre fez campanhas contra isso. Com relação à foto com o morador de rua, afirmou acreditar que Antônio Donato a divulgou por necessidade de autoafirmação e pela campanha antidrogas dele; quanto às demais fotos que deram origem à ação penal, disse acreditar que foi equívoco da parte de Donato. Por fim, afirmou que ainda não tinha tido oportunidade de conversar com Donato a respeito dos fatos tratados na presente ação penal.

Ouvida por carta precatória a última das testemunhas arroladas pela defesa de Antônio Donato, Natália de Bellis Caetano de Andrade, foi dito pela testemunha o seguinte: conheceu Antônio Donato pela *internet* em março de 2013, conversaram à distância durante menos de um mês e, depois, Donato foi a Americana para vê-la, tendo ficado naquela cidade por duas semanas, após o que foram a São



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Paulo, onde encontraram amigos em comum e foram a *shows*, sendo que, na volta a Americana, houve a prisão de Donato; Donato era carinhoso com ela, apesar de ser ciumento; não teve ciência da prática de qualquer ato racista ou de ódio praticado por Donato, mas Donato fazia comentários contra minorias, sempre em tom de brincadeira; que era amiga de Donato no *Facebook* e viu a foto, postada por ele em seu perfil, em que ele aparece enforcando um “usuário de droga”; Donato disse a ela que a foto foi uma brincadeira.

Quatro das testemunhas arroladas pela defesa de Marcus Vinícius também foram ouvidas em juízo.

A testemunha José Leopoldino de Souza Filho identificou-se como sendo técnico em enfermagem e disse ter conhecido Marcus Vinícius e Antônio Donato da clínica de psiquiatria do Dr. Otávio, de quem os dois réus eram pacientes. Disse ainda que o Dr. Otávio era médico do Hospital Santa Maria e que Marcus e Donato se conheceram lá, quando estavam internados. Afirmou que Marcus foi internado no Hospital Santa Maria apenas uma vez. Disse que nunca presenciou Marcus Vinícius ou Antônio Donato despendarem tratamento nazista, racista ou homofóbico contra quem quer que fosse, ou teve ciência de que isso tivesse acontecido.

Já a testemunha Monice Duarte Rodrigues afirmou ser conterrânea de Marcus Vinícius, com quem teve contato desde quando ele tinha 3 anos de idade, quando a mãe dele foi trabalhar na casa da testemunha. Disse que Marcus Vinícius e sua esposa, Joana, chegaram a morar na casa da testemunha por um tempo, até que conseguissem arrumar um apartamento. Afirmou ter conhecido o corréu Antônio Donato no Hospital Santa Maria. Disse que Marcus sofria de TOC e tinha completa intolerância ao álcool, sendo que o fato de consumir bebidas alcoólicas deixava Marcus incontrolável, motivo pelo qual foi ele internado. Atestou que, quando não bebia,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Marcus tinha um comportamento normal e era excelente profissional. Contou que, quando Marcus saiu da clínica – onde havia ficado internado por 15 dias –, ele foi morar com Antônio Donato, para ajudar este último com os remédios. Soube informar que Donato havia sido internado por duas vezes. Disse que Marcus tinha três tios negros e que nunca o viu praticando ato racista ou nazista ou viu qualquer objeto ou roupa de Marcus ligados a isso. Disse que Marcus teve um filho aos 15 anos de idade e que o filho, Gabriel, foi criado com a mãe, Renata, mas Marcus tinha um bom relacionamento com o filho. Com relação às fotos em que Gabriel apareceu, disse que elas foram tiradas na Páscoa, quando Gabriel foi levado pela mãe de Marcus, Elizete, para encontrar o pai, que estava na casa de Donato. A testemunha disse ter ouvido de Elizete que Antônio Donato “*pôs umas roupas no Gabriel*”.

Quando ouvida em juízo, a testemunha Heloísa Helena Ricardo Roscoe afirmou ser vizinha de Monice Duarte Rodrigues e que conhecia Marcus Vinícius, podendo atestar que ele sempre teve um comportamento exemplar no condomínio em que moravam e era um “*gentleman*”.

Por fim, tomou-se o depoimento da testemunha Renata Gomes Ferreira, mãe de Gabriel, filho que ela teve com Marcus Vinícius. A testemunha disse o seguinte: conhecia Marcus desde os 12 anos de idade e Marcus nunca foi preconceituoso; Marcus Vinícius tinha uma relação admirável com o filho, de muita responsabilidade; Gabriel tinha 10 anos de idade, era muito educado e tinha ótimas referências; Gabriel nunca comentou nada com a mãe sobre nazismo; sobre as fotos, a testemunha disse que Gabriel foi passar a Páscoa na casa de Antônio Donato, onde teve um almoço; depois da exposição das fotos na mídia, Gabriel disse à mãe que as fotos foram tiradas pelo porteiro do prédio de Donato, que a blusa que estava vestindo era da namorada de Donato e que Donato pediu a Gabriel que vestisse a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

blusa e colocasse a cruz no pescoço, para que pudessem tirar uma foto; sobre a saudação nazista, Gabriel não comentou nada com a mãe; entendia que nunca houve influência negativa de Marcus sobre o filho; não sabia por que Marcus Vinícius permitiu que Gabriel fosse submetido ao que foi.

Os denunciados também foram ouvidos em sede policial e em juízo.

Ouvido pela Delegada de Polícia Civil às fls. 224/225, o codenunciado João Matheus Vetter de Moura afirmou – em relação aos fatos e pessoas que interessam a esta ação penal –, conhecer Antônio Donato e Marcus Vinícius e que já tinha ouvido falar que Donato era uma pessoa violenta, sendo que ouviu Donato dizer “*que preto merece morrer e que só branco presta*”. Perguntado sobre a foto de fl. 79-A, que mostra Donato, Marcus Vinícius e algumas outras pessoas, João Matheus disse que foi convidado para participar da reunião, mas não quis ir porque “*já tinha sacado qual era as idéia dos cara*” e que “*a idéia é a nazista*”. afirmou ainda ter dito a Donato que só iria à reunião se pudesse levar um amigo, tendo Donato lhe perguntado se o amigo era “*preto*”, ao que João Matheus teria dito que sim, tendo, então, Donato lhe dito que não era para ele ir mesmo ao evento. Acrescentou que deixou de sair com Donato e Marcus Vinícius “*e todos aqueles que tinham ligação com o movimento skinhead e nazista*” quando entendeu que Donato tinha ideologia nazista e era uma pessoa violenta. Disse ainda que não cessou o contato com Donato por completo, porque teve medo de ser agredido por ele como punição. João Matheus Vetter disse ainda que Donato se autodenominava “*skinhead white power*”, que seria um tipo de *skinhead* que segue a ideologia nazista. Por fim, disse ter ficado sabendo, por meio do *Facebook*, que Donato teria agredido uma pessoa em 2005, pelo fato de ela seguir a ideologia “*anarco-punk*”.

Em juízo, João Matheus Vetter de Moura acrescentou que Antônio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Donato partilhava ideologias nazistas com a pessoa de Renato, amigo em comum deles, e que Marcus Vinícius conversava com outras pessoas sobre nazismo, não sabendo o interrogando afirmar se ele também partilhava da ideologia.

Já Marcus Vinícius Garcia Cunha afirmou, na fase policial, que: conheceu Antônio Donato na clínica Santa Maria, onde o interrogando estava internado por problemas de depressão e alcoolismo; que Donato não era querido na clínica, pois tratava mal os funcionários e outros pacientes; que segue a ideologia patriota nacionalista, mas nunca agrediu ninguém por ser contrário à sua ideologia; que ao sair da clínica foi morar na casa da avó de Donato, pois estavam ambos fragilizados; que Donato, quando estava em casa, ficava sempre na frente do computador, no *Facebook*; que, durante o convívio com Donato, percebeu que ele seguia uma ideologia nacional-socialista, a mesma do partido de Adolf Hitler; que viu na casa de Donato uma bandeira ("*RAC: Rock Against Communism*"), uma "Cruz de Malta", soco-inglês, dois livros a respeito do nazismo, uma miniatura de um *Panzer*; que Donato não respeitava ninguém da família; que Donato foi usuário de crack e cocaína; que Donato é uma pessoa racista e violenta; que Antônio Donato pertencia ao grupo *Skinhead White Power*, o que significava ser um *skinhead* (usar o estilo *skinhead*) e seguir a ideologia neonazista (superioridade da raça branca); que Donato hostilizava (na *internet* e através de comentários com o interrogando) mais os homossexuais e os judeus; que Donato confessou ao interrogando ter esfaqueado um homossexual na Praça da Liberdade, dizendo que, na ocasião, estava acompanhado de um menor que teria assumido toda a culpa e que agiu assim porque não aguentava ver o casal homossexual se beijando no meio da praça; sobre a foto de fl. 99, disse o interrogando que estava dormindo quando Donato desenhou, com um produto de barbear, a cruz suástica e o número 14 em sua cabeça; sobre as fotos de fls. 66-A e 66-B, disse estarem na foto o interrogando, seu filho de 10 anos de idade Gabriel e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Donato, e que a medalha que Gabriel ostentava no pescoço foi dada à criança por Donato, sendo que Donato também teria dito a Gabriel para "*esticar o braço*" no momento da foto; que, após ver tais fotos postadas, pediu a Donato para retirá-las do *Facebook*, porque seu filho Gabriel estava sendo exposto; que Donato tentou influenciar a forma de pensar do interrogando, para que o interrogando fizesse parte do movimento *skinhead white power*; sobre a mensagem que postou acompanhando a foto de fl. 78 - "*Conflito88!*" -, disse se referir a uma reunião ocorrida no Bar Amarelinho, estando presentes o interrogando, Donato e outras pessoas, retratadas na foto de fl. 79-A; disse saber que o número 88 significa "*Heil Hitler*"; sobre a foto de fl. 82, na qual aparece escrito "VAMOS CUIDAR DO FUTURO DE NOSSAS CRIANÇAS BRANCAS!" com uma cruz suástica pichada ao final da frase, disse que foi Donato quem postou a foto logado no perfil do interrogando e que Donato usava o perfil do interrogando para curtir as fotos dele próprio e postar fotos; sobre a foto de fl. 104, disse que ela foi tirada dentro do quarto de Donato e os objetos retratados pertenciam todos a este, sendo que a medalha retratada é a mesma que foi usada por seu filho Gabriel; que tem muito arrependimento de ter deixado Gabriel tirar a foto com tal medalha, sendo que Donato postou as fotos sem seu consentimento; sobre a foto de fl. 109-A, disse que estava com Donato naquele dia e foi o interrogando quem tirou a foto, com o consentimento do morador de rua, e que tudo foi apenas uma brincadeira; disse que Donato gosta de "*fazer gracinha*" e "*aparecer*" no *Facebook* para seus amigos *skinheads*, motivo pelo qual o interrogando entende ter Donato legendado a foto da forma que o fez, para que ela parecesse uma foto com uma agressão de verdade (fls. 267/270).

Em juízo, o réu Marcus Vinícius negou as acusações contra si feitas. Disse, sobre as fotos em que seu filho aparece, que a medalha que Gabriel estava usando era realmente uma réplica de uma cruz de ferro (e não uma cruz de malta) e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

ela pertencia a Donato, que a tinha pendurada na parede de seu quarto, como um enfeite. Sobre a suposta saudação nazista feita pelo seu filho, disse que só viu isso depois, não tendo sido ele quem falou para Gabriel levantar o braço e não se recordando de ter escutado Donato dar o comando. Afirmou que Donato divulgou as fotos com Gabriel em seu perfil do *Facebook*, "*aberto, para todo mundo ver*", sem qualquer autorização do interrogando. Disse ainda que usou uma das fotos que tirou com seu filho nessa ocasião como foto de seu perfil no *Facebook*, como se vê à fl. 112-A, mas editou a foto antes para não aparecer a cruz de ferro no pescoço de Gabriel.

Sobre si, Marcus Vinícius disse que sempre seguiu uma linha mais patriota e nunca, antes de Antônio Donato, tinha tido contato com grupos ou pessoas neonazistas, sendo que foi Donato quem o introduziu neste tipo de ideologia e simbologia.

Marcus Vinícius disse que Donato era sozinho e não era bem querido pela maioria das pessoas que o conhecia e que as pessoas tinham receio de Donato por conta de fatos do seu passado, tinham medo de ser agredidas por ele. Disse que Donato era chamado pelos conhecidos de "*morenazi*", pelo fato de ser moreno e ficar "*nessa de Hitler*". Falou que a ideologia de Donato era cheia de lacunas, formada por informações buscadas na *internet*. Afirmou que Donato conhecia bastante da ideologia NS (nacional-socialista) e tinha um conceito já formado em relação a judeus. Disse que Donato fazia piadinhas sobre judeus, negros e minorias em geral, mas nada que saísse do âmbito do quarto dele.

Sobre as fotos divulgadas por meio do perfil de Donato no *Facebook*, disse que muitas delas o foram em data anterior àquela em que se conheceram, tal como a foto da cruz de ferro, de fl. 104. Afirmou que nunca postou ou comentou nada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

dentro do perfil de Donato e não tinha a senha do *Facebook* dele. Acrescentou que Antônio Donato também não tinha a senha do *Facebook* do interrogando, mas o perfil do interrogando ficava logado, aberto no computador.

Confirmou ter sido ele próprio, e não Donato, o responsável pela divulgação da foto de fl. 82 por meio de seu perfil no *Facebook*. Disse não se lembrar por que fez isso.

Sobre a foto de Donato com o morador de rua, disse Marcus Vinícius: que Donato abordou o sujeito para tirá-lo da droga e contar suas próprias experiências; que Donato e o morador de rua fumaram cigarro juntos, lutaram capoeira; que o morador de rua estava rindo; que tirou uma foto do morador de rua enforcando Donato; que tal foi tirada com a câmera do Donato; que a corrente que aparece na foto pertencia a Donato; que Donato e o morador de rua até trocaram telefones; que acha que o morador de rua foi influenciado pela mídia, pois não tem fundamento algum o depoimento que ele prestou na polícia.

A respeito da foto e mensagem de fl. 78-A, disse Marcus Vinícius não saber o que significava "*Conflito88*", mas todo mundo que se intitulava *skinhead* falava isso e o interrogando usou o termo na foto para "*entrar no clima*".

Sobre o depoimento que prestou em sede policial, disse que ele aconteceu oito dias depois que tinha sido preso, depois de ter passado por muita tortura física, verbal e psicológica. Por fim, o interrogando disse ter sido ameaçado por Donato na prisão para que voltasse atrás em seu depoimento.

Passemos, agora, às declarações de Antônio Donato Baudson Peret. Ouvido pela Autoridade Policial, Antônio Donato relatou, em síntese, como conheceu Marcus Vinícius e como os dois acabaram morando na mesma casa. Relatou alguns casos de agressão passados nos quais estaria envolvido, contra estrangeiro e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

homossexuais. Disse não se considerar racista, nazista ou neonazista e não pertencer a grupo algum, apesar de já ter se autodenominado *skinhead white power* algumas vezes no *Facebook*.

Sobre as fotos divulgadas por meio do seu perfil do *Facebook*, disse o seguinte: sobre as fotos de fl. 66, foi Marcus Vinícius quem vestiu o filho Gabriel e pôs nele a cruz de ferro e não foi o interrogando quem pediu a Gabriel para esticar o braço na hora da foto; sobre as fotos de fls. 74, 75, 100 e 105, não estava fazendo saudação nazista alguma, estava apenas acenando para a câmera; sobre a imagem de fl. 78 (divulgada por meio do perfil de Marcus Cunha), disse saber que "88" significava "HH", "*Heil Hitler*"; sobre a foto de fl. 99, disse que Marcus Vinícius estava deitado e o interrogando fez uma brincadeira com ele, sendo que o "14" saiu por acaso; sobre a foto de fl. 103, disse que estava fazendo um gesto obsceno contra o vandalismo; sobre a foto de fl. 104, disse que ela foi tirada em seu quarto, dos objetos que estavam em sua estante, sendo que a cruz de ferro retratada é a mesma que foi usada pelo filho de Marcus Vinícius nas fotos; sobre a foto de fl. 106, disse que a bandeira pertence a Marcelo Botelho; sobre a foto de fl. 109, disse que tudo não passou de uma brincadeira e que o cidadão nela retratado aceitou posar para a foto, que foi tirada por Marcus Vinícius; que postou a foto com o objetivo de demonstrar um ato de civismo, dando a entender que o uso de drogas mata; que não teve intenção de machucar, ofender ou humilhar o cidadão; sobre a foto de fl. 115, disse ser uma montagem, mas não soube dizer quem teria escrito aquelas coisas.

Disse que a réplica da cruz de ferro era de sua propriedade, tendo ganhado de presente de Iuri Gusmão, mas não sabia o que significava tal ornamento. Afirmou ainda que Marcus Vinícius tinha sua senha do *Facebook* e que não sabia dizer se Marcus era uma pessoa violenta (fls. 271/274).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Em juízo, após negar as acusações contra si feitas, o réu Antônio Donato afirmou que realmente saiu em algumas fotos, mas não fazia parte de qualquer movimento ideológico. Negou ter vestido Gabriel e disse não lhe pertencer nada do que o menor usou nas fotos, sendo que tais objetos provavelmente foram trazidos por Marcus Vinícius. Disse ainda que não orientou Gabriel a posar para as fotos fazendo a saudação nazista. Com relação às fotos com a criança, Donato disse que Marcus queria tirar fotos atuais com seu filho e postá-las. Disse que "Donato Di Mauro" era realmente o perfil que usava no *Facebook*, mas negou que tivesse postado ou comentado tais fotos. Questionado especificamente sobre a foto de fl. 66-B, que foi comentada por "Donato Di Mauro" com a mensagem "*Sobrinho Pitboy!*", disse que provavelmente foi ele mesmo quem fez tal comentário, porque ele e Marcus Vinícius eram como irmãos.

Afirmou Donato, ainda, que teve problemas com depressão e uso de drogas e foi internado duas vezes em clínica psiquiátrica, sendo que a primeira internação ocorreu provavelmente em dezembro de 2012 e a segunda, em janeiro de 2013. Disse que Marcus Vinícius também estava passando por um momento difícil em sua vida pessoal e que ele foi morar com o interrogando e não pagava conta nenhuma, nem o próprio vício de cigarro, e só cozinhava para eles.

Questionado a respeito das fotos em que aparece com o braço direito erguido, Donato disse que só estava brincando, imitando poses de integrantes de bandas de *rock*, mas não se lembrou de quais bandas, pelo fato de não mais escutá-las.

A respeito de comentários publicados em seu perfil de *Facebook*, mencionando "*causa*" e "*ideal*", afirmou não ter nenhum deles. Sobre o comentário feito à foto de fl. 76-B por meio de seu perfil do *Facebook*, no qual mencionou "os



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

super nazi hollywood da "cena", disse que provavelmente estava se referindo a alguém. Disse não se lembrar muito bem das fotos, pois não estava muito bem da cabeça na época em que elas foram divulgadas. Com relação à foto de fl. 99, disse que a pessoa retratada era Marcus Vinícius, que foi ele, Donato, quem fez os desenhos na cabeça de Marcus, usando espuma de barbear, e que os desenhos saíram involuntários, já que ele não quis desenhar nenhuma figura em especial. Sobre a foto de fl. 103-A, disse que não foi ele quem fez as pichações e que apenas estava se manifestando contra o ato de pichação. Sobre a imagem de fl. 115-C, Donato disse que achou essa foto na *internet* e a compartilhou em seu perfil, não sabendo explicar por que fez isso, alegando que não estava bem na época e devia estar querendo se autoafirmar. Sobre a imagem de fl. 104, reconheceu que tal foto foi realmente tirada em seu quarto e retratava seus objetos, mas negou que a cruz de ferro fosse de sua propriedade, alegando que ela pertencia a Marcus Vinícius e foi trazida por ele quando se mudou para a casa do interrogando. Já sobre a foto de fl. 106-A, disse que a bandeira nazista pertencia a Marcelo Botelho e a foto foi tirada na casa deste.

Alegou que não tinha consciência de que estava lidando com fatos tão graves. Disse que já tinha visto antes os símbolos nazistas que apareciam nas suas fotos, mas não tinha noção da gravidade de divulgá-los, apesar de várias pessoas terem comentado em suas fotos que isso era crime.

Com relação à imagem em que aparece supostamente enforcando uma pessoa, Donato alegou que tudo não passou de uma brincadeira e que o senhor retratado não só autorizou a foto como posou para ela. Questionado por que o morador de rua teria comparecido à polícia e dado uma versão completamente diferente da sua, Donato afirmou que a mídia aumenta muito as coisas e que devem ter pago o morador de rua para prestar aquele depoimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Sobre as outras fotos divulgadas em seu perfil no *Facebook*, Antônio Donato disse que isso tudo aconteceu durante uma fase pela qual ele passou e que está arrependido.

Por fim, disse que seu perfil no *Facebook* ficava aberto no computador o dia inteiro, permitindo a qualquer um que chegasse no seu quarto fazer uso dele, e que Marcus Vinícius morou em sua casa por um mês ou um mês e meio.

Com relação ao depoimento prestado em sede policial, o réu confirmou-o apenas em parte. Disse que, naquela ocasião, estava bastante abalado e desorientado. Negou os relatos de agressões passadas que teria feito, dizendo que devia ser história inventada para aparecer no *Facebook*. Negou ter dito ser o dono da réplica da cruz de ferro. Negou ter dito que já havia se autodenominado *skinhead white power*. Afirmou que, apesar de saber que "88" significava "*Heil Hitler*", não disse nada disso na polícia.

Pois bem.

Analisando-se as fotos citadas nos itens 1, 4, 7, 8, 9 e 14 acima, bem como as mensagens e comentários que acompanharam a maioria delas e os depoimentos das testemunhas e dos réus, evidente a caracterização do crime previsto no art. 20, § 1º, da Lei 7.716/89, vez que houve, sem sombra de dúvidas, a veiculação de imagens contendo a famigerada cruz gamada com o intuito claro de exaltação e divulgação do nazismo. Os acusados publicaram em seus perfis abertos do *Facebook*, com acesso ilimitado a quem quer que fosse, fotos contendo a cruz suástica, as quais, conjugadas aos comentários e mensagens por eles postados juntamente com as fotos, demonstram claro intuito de divulgação do nazismo.

A foto do item 1 retrata a Cruz de Ferro com a suástica (*hakenkreuz*). Apesar de a cruz de ferro, como honraria militar concedida em tempos de guerra,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

preceder ao Terceiro Reich, a versão com a suástica foi usada exclusivamente na Segunda Guerra Mundial pela Alemanha nazista. Ao divulgar a foto da réplica, que seria de sua propriedade, o acusado Donato ainda a legendou: "*Cruz de ferro 1813 / 1939*".

A foto do item 4 retrata Antônio Donato fazendo um gesto obsceno em relação ao fato de uma cruz suástica, o número 88, a palavra "*Skinny*" e uma cruz céltica estilizada pintados em um muro terem sido cobertos por tinta laranja, o que teria sido obra de um suposto anarquista, tendo em vista ter sido pichado ao lado, com tinta da mesma cor laranja, o símbolo do anarquismo. A foto foi publicada pelo réu Antônio Donato acompanhada da mensagem "*Ainda usaram a mesma cor de spray... Tontos.*". Temos aí, mais uma vez, a cruz suástica, a palavra "*Skinny*" – clara referência ao termo "*Skinheads*" –, o número 88 – que é fortemente associado ao nazismo, vez que o número 8 corresponde à oitava letra do alfabeto ("H") e a expressão "88" remeteria, portanto, a "HH", "*Heil Hitler*" – saudação nazista muito popular, verdadeira expressão do culto à personalidade de Adolf Hitler, significando "*Salve Hitler*" –, e uma cruz céltica estilizada, consistente em uma cruz com um círculo no meio – símbolo adotado por movimentos nacionalistas que defendem a supremacia branca. Donato posou para a foto fazendo um gesto obsceno com a mão em direção ao muro pichado, dando a clara ideia de que os símbolos nazistas não deveriam ter sido encobertos pelo suposto anarquista.

Já na foto descrita no item 7 acima, são retratadas três pessoas encapuzadas e uma pessoa de costas, sendo que duas pessoas estão segurando uma jaqueta e uma posa para a foto com o braço direito erguido, em uma clara imitação de uma saudação nazista, ao lado de um muro com a cruz suástica e a expressão 14/88 pichadas, com a legenda "*ANTIFA? HAHAHA – A CADA GRACINHA VIRTUAL, SERÁ*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

COBRADO NA VIDA REAL! BELO HORIZONTE É FASCISTA!". Além de publicar tal foto, o acusado Antônio Donato postou dois comentários a ela, do seguinte teor: "O Nazismo foi outra época, outros povos, enfim, outros tempos. Mas temos como base de nossos ideais o que foi deixado de melhor na história pelo maior estadista que já existiu nesse mundo que não preciso nem citar quem é, precisa?" e "Ali na frase está "BELO HORIZONTE É FASCISTA" por conta dessa moda ridícula de "ANTIFA" que nos chama de fachos e, também em respeito a alguns camaradas que de fato não são NS/WP. No fim das contas estamos todos na mesma caminhada na luta ANTI-ANTIFA (Assim como o eixo) e por tanto é isso o que faz a diferença. 88!".

A exaltação ao nazismo é clara, como se vê de forma cristalina dos comentários lançados por Antônio Donato. A referência a Adolf Hitler como o "maior estadista que já existiu nesse mundo" também ficou evidente. Além da cruz suástica, a foto veiculou a expressão 14/88, intimamente ligada à divulgação do nazismo. A expressão "88" já foi acima explicada, tratando-se de uma forma cifrada de se fazer a saudação nazista "Heil Hitler". Já a expressão "14" comumente refere-se ao slogan de 14 palavras "We must secure the existence of our people and a future for white children" ("Devemos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas"), que teria sido inspirado em um trecho do livro "Mein Kampf", de autoria de Adolf Hitler.

Na foto 8 temos Antônio Donato com a língua para fora e segurando um copo, tendo ao fundo a bandeira de guerra nazista, sendo que a suástica pode ser vista parcialmente. A foto foi divulgada por Antônio Donato.

Já na foto 9, temos o corréu Marcus Vinícius deitado de bruços, sendo que o seu crânio, inteiramente raspado, foi desenhado com espuma, tendo sido formados uma cruz suástica e o número 14. O significado do número "14", dentro do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

contexto do nazismo, já foi esclarecido acima. A foto foi inicialmente publicada por Antônio Donato em seu perfil do *Facebook* e, posteriormente, foi replicada por Marcus Vinícius em seu próprio perfil, na data de 22.03.2013 (fl. 60).

Por fim, tem-se a foto descrita no item 14, na qual se vê um muro pichado com os dizeres "*VAMOS CUIDAR DO FUTURO DE NOSSAS CRIANÇAS BRANCAS!*", seguidos de uma cruz suástica, acompanhada da citação "*Há uma estrada para a liberdade. Seus marcos são a obediência, o esforço, a honestidade, a ordem, a nitidez, sobriedade, honestidade, sacrifício e amor à pátria*".

Além da cruz suástica, a referência simpática ao nazismo é evidente pelo teor da frase que acompanhou a foto, frase essa cuja autoria é imputada a Adolf Hitler. O acusado Marcus Vinícius foi o responsável pela publicação da foto e da frase.

O dolo – específico – dos agentes é extraído de todo o vasto conjunto probatório. O fato de eles eventualmente terem tido algum tipo de distúrbio de comportamento e de terem frequentado, por um curto período, uma clínica psiquiátrica, não lhes retirou a capacidade de entenderem a ilicitude da conduta. Os réus tinham noção do tipo de ideologia que defendiam e se vangloriavam dela e a exaltavam nas redes sociais.

Sendo assim, por ter publicado em seu perfil do *Facebook*, com nítido propósito de difundir o nazismo, nas datas de 22.03.2013 e 04.04.2013, as fotos dos itens 9 e 14, as quais continham a imagem da cruz suástica, o acusado Marcus Vinícius incorreu na prática, por duas vezes, do crime previsto no art. 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89.

Já o acusado Antônio Donato incorreu na prática do crime do art. 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89, por cinco vezes, vez que publicou, em seu perfil do *Facebook*, as fotos descritas nos itens 1, 4, 7, 8 e 9, nas datas de 03.10.12, 06.01.13, 21.03.13



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

e 22.03.13, as quais continham, além de outros símbolos nazistas, a cruz gamada, com o nítido propósito de divulgação do nazismo.

Passo à análise, agora, das fotos publicadas descritas nos itens 2, 3, 5, 6, 11 e 12 acima.

As fotos dos itens 2, 3 e 5 mostram o acusado Antônio Donato em diversas situações, invariavelmente fazendo a saudação nazista típica, com o braço direito em riste. A foto descrita no item 6 traz Marcus Vinícius tendo ao fundo uma bandeira com os dizeres "*Rock Against Communism*", acompanhada da mensagem "*Conflito 88!*" (a simbologia do número "88" para os movimentos neonazistas já foi suficientemente esclarecida alhures). A imagem do item 11 mostra Antônio Donato, Marcus Vinícius e o filho deste, de nome Gabriel, sendo que a criança posa para a foto fazendo a saudação nazista, erguendo seu bracinho direito, e leva no pescoço a réplica da cruz de ferro de Antônio Donato. Na foto 12, são retratados mais uma vez Antônio Donato, Marcus Vinícius e Gabriel, sendo que a criança traz no pescoço a réplica da cruz de ferro.

Trata-se, aqui, da veiculação de imagens e mensagens contendo simbologia típica ligada ao nazismo, sendo que a divulgação do nazismo, em uma abordagem simplista, induz ou incita a discriminação ou o preconceito de raça, cor e etnia.

"O nazismo, resumidamente e no que interessa para o caso concreto, era um movimento que pregava a ideia da superioridade e pureza da raça ariana (povos europeus de etnia branca-caucasiana descendentes do antigo povo ariano), e dessa forma traz consigo, implicitamente, a bandeira do preconceito contra a raça, cor, etnia ou procedência." (trecho do acórdão proferido na Apelação Criminal n. 0003075-39.2011.4.03.6112/SP, TRF-3ª Região, Relatora Desembargadora Federal



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Cecilia Mello, publicado em 11.06.2015).

Sendo assim, evidente a caracterização do crime previsto no art. 20, *caput*, c/c § 2º, da Lei 7.716/89, vez que houve, sem sombra de dúvidas, a veiculação, por meio da *internet*, de imagens e mensagens de cunho discriminatório ou preconceituoso em razão da raça, cor, etnia ou procedência. Os acusados publicaram em seus perfis abertos do *Facebook*, com acesso ilimitado a quem quer que fosse, fotos e mensagens de cunho claramente preconceituoso e discriminatório.

Quanto ao dolo dos agentes, consistente na vontade livre e consciente de praticar, induzir ou incitar o preconceito e a discriminação racial, depreende-se de todo o conjunto probatório. A consciência da ilicitude e a possibilidade de adequação de seu comportamento à lei, por parte dos acusados, estavam íntegras. Eles tinham pleno conhecimento das ideologias que defendiam e se vangloriavam via redes sociais da postura adotada.

Sendo assim, por ter publicado em seu perfil do *Facebook*, na data de 20.03.13, a mensagem de nítido conteúdo neonazista que acompanhou a foto do item 6, o acusado Marcus Vinícius incorreu na prática do crime previsto no art. 20, *caput*, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89.

Já o acusado Antônio Donato incorreu na prática do crime do art. 20, *caput*, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, por cinco vezes, vez que publicou, em seu perfil do *Facebook*, as fotos descritas nos itens 2, 3, 5, 11 e 12, nas datas de 07.10.12, 30.10.12, 15.03.13 e 29.03.13, as quais continham fortes símbolos nazistas.

A respeito das alegações feitas pelos réus, referentes a algumas das fotos, de que se tratava apenas de uma brincadeira, ressalto que, ainda que seja com *animus jocandi*, há crime, em face da relevância do bem jurídico protegido, que consiste na "*pretensão ao respeito inerente à personalidade humana, à própria*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

*dignidade da pessoa, considerada não só individualmente, como coletivamente*².

No mesmo sentido, as posições de Fabio Medina Osório e Jairo Gilberto Schafer³:

"A consciência e a vontade de produzir atos discriminatórios e preconceituosos não são incompatíveis com o formato das 'brincadeiras'. Inadmissível, assim, a publicidade de manifestações jocosas, em qualquer de suas formas, versando discriminações e preconceitos vedados na lei penal. Por conseguinte, as charges, o sarcasmo, a ironia, piadas, o deboche, configuram instrumentos idôneos à prática, ao induzimento e instigação do ato discriminatório e preconceituoso proibido. Essas manifestações jocosas, aliás, penetram mais sutilmente no inconsciente coletivo, perfectibilizando o suporte fático da norma proibitiva."

Passo, agora, à análise da polêmica foto descrita no item 13. Como descrito acima, tal imagem retrata Antônio Donato supostamente enforcando um senhor com uma corrente e veio acompanhada do comentário *"Quer fumar um kraquinho? Quer? Em meio a praça pública cheio de crianças? ACHO QUE NÃO!"* (fl. 109-A).

Pois bem.

Não consigo verificar, do ato de divulgação desta imagem, a prática de crime de preconceito tal como tipificado no art. 20, *caput*, c/c § 2º, da lei n. 7.716/89.

² TEJO, Célia Maria Ramos. *Dos Crimes de Preconceito de Raça ou de Cor: Comentários à Lei 7.716/89*. Campina Grande: EDUEP, 1998, p. 23.

³ NUCCI, Guilherme de Souza. *Op. cit.*, p. 198.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

De fato, tal dispositivo legal alberga apenas as situações de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Nada disso ficou caracterizado na imagem em tela. Houve, é fato, a prática de ato contra um suposto morador de rua ou usuário de drogas. E, infelizmente, citando ensinamento de Carla Rodrigues Araújo de Castro⁴ em estudo ao art. 20 da L. 7.716/89,

"Da atenta análise do dispositivo verifica-se que a lei não protege diversas formas de preconceito, como, por exemplo, o praticado contra a mulher, contra o deficiente físico, contra o deficiente mental e contra o pobre. Em todos estes casos, embora haja discriminação, lamentavelmente não haverá punição, em razão do princípio da reserva legal."

Excluída a subsunção da divulgação da imagem do item 13 ao tipo penal previsto no art. 20, *caput*, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, resta verificar se tal fato pode ser enquadrado em qualquer outro tipo penal.

A defesa de Antônio Donato, ao tratar, em alegações finais, especificamente da foto do item 13, requereu a desclassificação da conduta para o crime de injúria, previsto no art. 140, § 3º, CP.

Entendo que a conduta poderia, em tese, configurar realmente crime de injúria, mas não a do § 3º e, sim, a do § 2º do art. 140 do Código Penal.

Tais tipos vêm assim redigidos:

"Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

⁴ CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. *Crimes de Informática e seus Aspectos Processuais*. 2. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2003, p. 51.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

(...)

§ 2º Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.”

O que os autos evidenciam é que, ao contrário das demais fotos analisadas – que, ao serem publicadas, não tinham uma destinação específica mas, sim, um caráter de indeterminação, com o intuito de desmerecer as raças não brancas como um todo, bem como o de fazer apologia ao nazismo como ideologia –, esta foto em específico atingiu pessoa certa e identificada, o morador de rua Luiz Célio Damásio. E a injúria é crime contra a honra subjetiva de alguém, arranhando o conceito que a vítima faz de si mesma, exigindo, portanto, que a ofensa atinja pessoa determinada.

Entretanto, da mesma forma que o art. 20, *caput*, da Lei 7.716/89 exige, para a configuração do crime nele descrito, a prática de atos que digam respeito a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, a figura do art. 140, § 3º, CP, também exige a “*utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência*”, o que, como se viu, não restou caracterizado no presente caso.

Tal entendimento é totalmente corroborado pelas declarações dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

denunciados Antônio Donato e Marcus Vinícius e pelo depoimento da própria vítima, Luiz Célio Damásio, que, em sede policial, como se vê às fls. 291/292, teria dito o seguinte: *"QUE no dia 05/04/2013, logo após o horário do almoço, andava na Rua Pernambuco, próximo ao Mac Donalds, como seu carrinho recolhendo materiais reciclados, quando um indivíduo passou a desferir empurrões contra o declarante dizendo "você fica usando drogas aqui, no meio do povo", cf se expressa; QUE no início o indivíduo parecia fazer uma "brincadeira", tentando constranger o declarante em meio aos transeuntes; QUE enquanto o autor desferia os empurrões, um outro indivíduo filmava usando um telefone celular; QUE passou a desconfiar da ação dos envolvidos, e pegou uma corrente que usa para trancar o carrinho no intuito de se defender de uma eventual agressão; QUE inesperadamente, o autor pegou a corrente das mãos do declarante e a enrolou em volta do seu pescoço; (...) QUE foi necessário a intervenção de uma terceira pessoa, que não sabe dizer se tratava de guarda municipal ou policial, para o autor soltar a corrente; QUE se recuperou, e então se dirigiu ao Parque Municipal onde dormiu o restante da tarde; QUE PERGUNTADO se o autor o ofendeu verbalmente, RESPONDEU que ele disse que o declarante estava usando drogas na praça, e não se recorda se houve ofensas quanto a sua cor; QUE se sentiu constrangido e humilhado, devido a ação do autor em meio aos frequentadores da praça, e após a agressão, sentiu muitas dores no pescoço, apesar de não ter percebido qualquer marca; (...) QUE dispensa a guia para exames no IML, uma vez que da agressão não gerou lesões aparentes no seu pescoço (...)".*

A vítima não foi localizada para ser ouvida em juízo, apesar de inúmeras tentativas.

Restou, portanto, a figura do § 2º do art. 140, CP. A conduta em tese praticada pelo réu Antônio Donato, que teria se utilizado de uma corrente de aço para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

supostamente agredir o morador de rua Luiz Célio Damásio, poderia ser considerada injúria real, sendo inegável que a utilização da corrente adequa-se perfeitamente à definição de meio aviltante.

Assentada a correta qualificação jurídica do fato, com fundamento no art. 383, CPP, avancemos.

Ao tratar dos crimes contra a honra, dos quais a injúria é uma espécie, dispõe o Código Penal o seguinte:

“Art. 145. Nos crimes previstos neste Capítulo somente se procede mediante queixa, salvo quando, no caso do art. 140, § 2º, da violência resulta lesão corporal.

(...)”

Não há, nos autos, qualquer prova no sentido de que, da conduta, tenha ocorrido efetivamente qualquer lesão à integridade física da vítima. Sendo assim, imprescindível que tivesse havido queixa-crime por parte do ofendido para o processamento e julgamento da injúria real, o que não houve. Decorrido o prazo do art. 38 do CPP sem a apresentação da queixa, não tendo ocorrido, ainda, a hipótese prevista no art. 32 do CPP, impõe-se a extinção da punibilidade do crime de injúria real pela decadência, com fundamento no art. 107, IV, CP.

Passo, agora, à análise do crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/90.

Segundo Guilherme de Souza Nucci, há várias formas de se corromper o menor, cuja formação da personalidade ocorre, de forma decisiva, durante a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

adolescência. Neste sentido, a lição a seguir colacionada:

*"(...) o menor está sujeito às influências dos adultos, pois imaturo, podendo ser vítima de corrupção de seus valores positivos, o que representa problema grave para si mesmo e para a sociedade que o cerca."*⁵

Sobre a classificação do delito, o STJ editou a Súmula 500, que assim dispõe: *"A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal."*

A materialidade e a autoria do crime previsto no artigo 244-B do ECA foram comprovadas em face dos réus Antônio Donato e Marcus Vinícius, ante as imagens de fls. 66-A e 66-B, que demonstram a atitude dos réus em prejuízo do menor Gabriel, filho de Marcus Vinícius, tendo a criança sido "travestida" de neonazista pelos acusados, com "direito" a réplica de cruz de ferro no pescoço e a posar para a foto com o bracinho direito erguido, simulando-se a típica saudação nazista.

As fotos ganham maior gravidade quando se tem em mente que, na época em que foram tiradas, os acusados efetivamente adotavam a ideologia nazista, tendo ficado claro que os réus praticaram, com o menor, o crime previsto no *caput* do art. 20 da Lei n. 7.716/89, em vista da exaltação ao nazismo, que, como já assentado acima, foi um regime tragicamente preconceituoso, alicerçado na supremacia da raça ariana e na aniquilação de minorias, como os judeus e os ciganos.

Ficou comprovado nos autos que a ideia de usar a cruz de ferro e de fazer a saudação nazista não partiu da criança – que, segundo sua mãe, Renata, até

⁵ NUCCI. Guilherme de Souza. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 767.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

então não sabia o que era o nazismo, porque ainda não tinha estudado tal matéria na escola – tendo sido, neste ponto, influenciada pelos acusados Antônio Donato e Marcus, que estavam na companhia da criança naquela ocasião.

Irrelevante, no caso, questionar-se quem detinha a guarda momentânea do menor ou de quem foi a ideia inicial de “produzir” a criança para as fotos. Dos depoimentos das testemunhas e das declarações dos réus depreende-se que o menor, no momento fatídico, estava na companhia tanto de Donato como de Marcus Vinícius e, seja de quem tenha sido a ideia inicial, claro é que o outro a ela aderiu com satisfação, e posaram todos sorridentes para as famigeradas fotos, devendo, portanto, ambos os réus responderem pelo crime em tela, na forma do art. 29, CP.

Sobre a alegação feita pela defesa de Antônio Donato, da necessidade de juntada de certidão de nascimento para se comprovar a menoridade de Gabriel, reputo-a descabida.

A jurisprudência é pacífica em considerar que, nos crimes de corrupção de menores, é desnecessária a juntada de certidão de nascimento se a inimputabilidade é comprovada por outros elementos. Vê-se que o menino retratado nas fotos de fls. 66-A e 66-B é visualmente infantilizado, aparentando, inclusive, ter menos do que os 10 anos de idade que tinha na época em que as fotos foram tiradas. Ademais, a mãe do menor foi ouvida e confirmou a idade do filho.

Relembremos que o tipo previsto no art. 244-B do ECA trata da corrupção de menor de 18 (dezoito) anos.

O menor, no presente caso, é filho de Marcus Vinícius – que não desconhecia a idade do próprio filho – e, tendo em vista a proximidade de Marcus Vinícius e Donato na época, era perfeitamente possível a Donato saber da idade do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

filho de seu "quase irmão". Aliás, Donato legendou as fotos que divulgou com Gabriel chamando-o de "*Sobrinho Pitboy*" e "*Il nostro bambino!*" (fl. 66-B). Considerando ainda a proximidade entre Donato e Marcus Vinícius e lembrando que, na época das fotos, Marcus Vinícius tinha apenas 26 (vinte e seis) anos de idade, realmente seria biologicamente improvável que pudesse ter um filho que já contasse com 18 (dezoito) anos de idade. A menoridade de Gabriel era óbvia.

A DPU alegou a inimputabilidade do réu Marcus Vinícius, com a consequente aplicação de medida de segurança. De fato, Marcus Vinícius não se submeteu ao exame de insanidade mental deferido, mas, como já assentado acima, quando da análise dos demais crimes, é certo que ele tinha completa noção do que fazia e do que estava acontecendo e tinha, íntegra, sua capacidade de agir de acordo com esse entendimento. Tal situação ficou bastante evidenciada pelo fato de Marcus Vinícius, ciente de que não deveria divulgar uma foto de seu filho ostentando a réplica da cruz de ferro no pescoço, ter editado uma das fotos tiradas com seu filho, de forma a borrar a medalha, para, então, poder usá-la como foto do seu perfil no *Facebook* (fl. 112-A), conforme afirmado por ele próprio em juízo.

Isto posto, em face das provas carreadas aos autos, julgo **parcialmente procedente** o pedido contido na denúncia para **condenar Antônio Donato Baudson Peret e Marcus Vinícius Garcia Cunha** pela prática dos crimes previstos no artigo 20, *caput*, c/c § 2º, e artigo 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89 e no artigo 244-B da Lei n. 8.069/90.

Passo à fixação das penas, em conformidade com o determinado no art. 68, CP.

Antônio Donato Baudson Peret:

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA RAQUEL VASCONCELOS ALVES DE LIMA em 19/04/2016, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 56557023800276.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Quanto aos crimes previstos no art. 20, caput, c/c § 2º, e art. 20, § 1º, da Lei 7.716/89:

O acusado Antônio Donato incorreu na prática do crime do art. 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89, por cinco vezes, e na prática do crime do art. 20, caput, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, por cinco vezes.

O acusado agiu com grau de **culpabilidade** elevada, tendo em vista sua condição social. O acusado não registra **antecedentes** criminais. Das declarações das testemunhas e dos corréus depreende-se que o réu possui péssima **conduta social** e **personalidade** desviada, tendente a atos de violência – lembro aqui que, quando foi preso, foram apreendidos com Donato um facão, duas facas e um soco-inglês. O **motivo do crime** é inerente ao tipo. As **circunstâncias do crime** não são desfavoráveis. As **consequências do crime** foram gravíssimas, em vista da repercussão dos fatos e, principalmente, em virtude da exposição de uma criança. Não há que se falar em **comportamento da vítima** no presente caso.

Nesses termos, diante da presença de quatro circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, fixo a pena-base, para cada um dos dez crimes praticados do art. 20 da Lei 7.716/89, em **3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 185 (cento e oitenta e cinco) dias-multa**.

Não estão presentes atenuantes ou agravantes, bem como causas de diminuição ou de aumento de pena, pelo que torno definitivas, para cada um dos dez crimes praticados do art. 20 da Lei 7.716/89, as penas acima aplicadas.

O réu, como consignado acima, incorreu na prática do crime do art. 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89, por cinco vezes, e na prática do crime do art. 20, caput, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, por cinco vezes. Tratando-se de crimes previstos no mesmo artigo de lei, consideram-se crimes de mesma espécie. Tendo em vista que a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

prática dos crimes se deu da mesma forma (mediante divulgação de fotos por meio do perfil do *Facebook*), tendo havido publicação de dez fotos nas datas de 03.10.12, 07.10.12, 30.10.12, 06.01.13, 15.03.13, 21.03.13, 22.03.13 e 29.03.13, entendendo ocorrente a **continuidade delitiva**, prevista no art. 71, CP. Sendo assim, faço incidir sobre a pena de um só dos crimes, estabelecida acima em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 185 (cento e oitenta e cinco) dias-multa, o aumento de 2/3 (dois terços), fixando a pena em definitivo, pela prática dos crimes previstos no art. 20 da Lei 7.7.16/89, em **5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 370 (trezentos e setenta) dias-multa.**

Quanto ao crime previsto no art. 244-B da Lei 8.069/90:

O acusado agiu com grau de **culpabilidade** elevada, tendo em vista sua condição social. O acusado não registra **antecedentes** criminais. Das declarações das testemunhas e dos corréus depreende-se que o réu possui péssima **conduta social** e **personalidade** desviada, tendente a atos de violência – lembro aqui que, quando foi preso, foram apreendidos com Donato um facão, duas facas e um soco-inglês. O **motivo do crime** é inerente ao tipo. As **circunstâncias do crime** não são desfavoráveis. As **consequências do crime** não foram graves. O **comportamento da vítima** em nada influenciou para a prática do crime.

Nestes termos, diante da presença de três circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em **2 (dois) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão.**

Não estão presentes quaisquer circunstâncias atenuantes.

Presente a agravante prevista no art. 61, II, "f", CP, vez que o réu



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

praticou o crime prevalecendo-se da relação de hospitalidade estabelecida entre si e a criança, que estava frequentando sua casa para um almoço de Páscoa quando o crime foi praticado.

Sendo assim, aumento a pena acima, fixando-a em **2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 20 (vinte) dias de reclusão**, pena que torno definitiva ante a inexistência de minorantes ou majorantes.

Em face do evidente **concurso material** havido entre os crimes do art. 20, L. 7.716/89, e do art. 244-B, ECA, com fundamento no art. 69, CP, **totalizo** as penas impostas ao réu Antônio Donato Baudson Peret em **8 (OITO) ANOS, 2 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO E 370 (TREZENTOS E SETENTA) DIAS-MULTA**.

Não havendo nos autos informação precisa quanto à renda do réu, fixo o **valor do dia-multa** em **1/30 (um trinta avos)** do maior salário mínimo vigente no país à época dos fatos, a ser devidamente corrigido quando da execução.

O condenado ficou preso preventivamente de 14.04.13 a 23.10.13 (6 meses e 9 dias). Sendo assim, considerando-se o determinado no art. 387, § 2º, CPP, fixo, em conformidade com as normas insertas no art. 33, § 1º, "b", § 2º, "b", e § 3º, do Código Penal, como **regime inicial** de cumprimento da pena privativa de liberdade, o regime **semiaberto**, que entendo como necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime.

Incabível, na espécie, a providência determinada pelo art. 387, IV, CPP, bem como a substituição por restritiva de direitos e o *sursis*, em face do *quantum* da pena aplicada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Marcus Vinícius Garcia Cunha:

Quanto aos crimes previstos no art. 20, caput, c/c § 2º, e art. 20, § 1º, da Lei 7.716/89:

O acusado Marcus Vinícius incorreu na prática do crime do art. 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89, por duas vezes, e na prática do crime do art. 20, caput, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, por uma vez.

O acusado agiu com grau de **culpabilidade** normal. O acusado tem bons **antecedentes** criminais. As testemunhas de defesa ouvidas atestaram sua boa **conduta social**. Não foram trazidos aos autos elementos suficientes para que se possa aferir a **personalidade do agente**. O **motivo do crime** não ficou suficientemente esclarecido. As **circunstâncias do crime** não são desfavoráveis. As **consequências do crime** foram graves, em vista da repercussão dos fatos. Não há que se falar em **comportamento da vítima** no presente caso.

Nestes termos, diante da presença de uma circunstância judicial desfavorável ao réu, fixo a pena-base, para cada um dos três crimes praticados do art. 20 da Lei 7.7.16/89, em **2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 53 (cinquenta e três) dias-multa**.

O réu admitiu, em juízo, a divulgação das fotos e dos comentários, mas afastou o dolo e negou, tanto em juízo como em sede policial, o cometimento dos crimes. Sendo assim, impossível considerar presente a atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, "d", CP.

Não estando presentes, portanto, quaisquer circunstâncias atenuantes ou agravantes, bem como causas de diminuição ou de aumento de pena, torno definitivas, para cada um dos três crimes praticados do art. 20 da Lei 7.7.16/89, as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

penas acima aplicadas.

O réu, como consignado acima, incorreu na prática do crime do art. 20, § 1º, da Lei n. 7.716/89, por duas vezes, e na prática do crime do art. 20, caput, c/c § 2º, da Lei n. 7.716/89, por uma vez. Tratando-se de crimes previstos no mesmo artigo de lei, consideram-se crimes de mesma espécie. Tendo em vista que a prática dos crimes se deu da mesma forma (mediante divulgação de fotos por meio do perfil do *Facebook*), tendo havido publicação de uma mensagem e duas fotos nas datas de 20.03.13, 22.03.13 e 04.04.13, entendo ocorrente a **continuidade delitiva**, prevista no art. 71, CP. Sendo assim, faço incidir sobre a pena de um só dos crimes, estabelecida acima em 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 53 (cinquenta e três) dias-multa, o aumento de 1/5 (um quinto), fixando a pena em definitivo, pela prática dos crimes previstos no art. 20 da Lei 7.7.16/89, em **2 (dois) anos, 10 (dez) meses e 6 (seis) dias de reclusão e 63 (sessenta e três) dias-multa**.

Quanto ao crime previsto no art. 244-B da Lei 8.069/90:

O acusado agiu com grau de **culpabilidade** normal. O acusado tem bons **antecedentes** criminais. As testemunhas de defesa ouvidas atestaram sua boa **conduta social**. Não foram trazidos aos autos elementos suficientes para que se possa aferir a **personalidade do agente**. O **motivo do crime** não ficou suficientemente esclarecido. As **circunstâncias do crime** não são desfavoráveis. As **consequências do crime** não foram graves. O **comportamento da vítima** em nada influenciou para a prática do crime.

Nestes termos, diante da ausência de qualquer circunstância judicial desfavorável ao réu, fixo a pena-base no mínimo legal, em **1 (um) ano de reclusão**.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Não estão presentes quaisquer circunstâncias atenuantes.

Presente a agravante prevista no art. 61, II, "e", CP, vez que o réu praticou o crime em desfavor de seu filho Gabriel.

Sendo assim, aumento a pena acima, fixando-a em **1 (um) ano, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de reclusão**, pena que torno definitiva ante a inexistência de minorantes ou majorantes.

Em face do evidente **concurso material** havido entre os crimes do art. 20, L. 7.716/89, e do art. 244-B, ECA, com fundamento no art. 69, CP, **totalizo** as penas impostas ao réu Marcus Vinícius Garcia Cunha em **3 (TRÊS) ANOS, 11 (ONZE) MESES E 21 (VINTE E UM) DIAS DE RECLUSÃO E 63 (SESENTA E TRÊS) DIAS-MULTA**.

Não havendo nos autos informação precisa quanto à renda do réu, fixo o **valor do dia-multa** em **1/30 (um trinta avos)** do maior salário mínimo vigente no país à época dos fatos, a ser devidamente corrigido quando da execução.

O condenado ficou preso preventivamente de 14.04.13 a 08.10.13 (5 meses e 24 dias). Sendo assim, considerando-se o determinado no art. 387, § 2º, CPP, fixo, como **regime inicial** de cumprimento da pena privativa de liberdade, o regime **aberto**, que entendo como necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime, em conformidade com as normas insertas no artigo art. 33, § 1º, "c", § 2º, "c", e § 3º, do Código Penal,.

Nos termos do disposto nos artigos 43 e seguintes do Código Penal, preenchidos os requisitos exigidos, **substituo** a pena privativa de liberdade aplicada ao réu por **duas penas restritivas de direito**, consistentes em: **1) prestação pecuniária** no valor de **8 (oito) salários mínimos**, a ser destinada a entidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

assistencial designada pelo Juízo da Execução, nos termos do art. 45, § 1º, CP; **2) prestação de serviços à comunidade**, a ser executada em entidade assistencial designada pelo Juízo da Execução, nos moldes ditados pelo art. 46 do Código Penal. Por aplicação do art. 55 do mesmo Código, a prestação de serviço será satisfeita pelo mesmo período em que seria cumprida a pena privativa de liberdade, com a ressalva contida no art. 46, § 4º, CP.

Deixo de analisar o cabimento da suspensão condicional da pena (art. 77, CP), em virtude da substituição acima efetuada.

Incabível, na espécie, a providência determinada pelo art. 387, IV, CPP.

Disposições gerais:

Com relação aos **bens apreendidos** nestes autos, determino, **independentemente** do trânsito em julgado desta sentença:

1 – a **devolução**, ao codenunciado **João Matheus Vetter de Moura** (já sentenciado nos autos de n. 9312-90.2014.4.01.3800) dos seguintes bens (fls. 282/283 e 436): 3 luvas pretas; 2 pares de coturno tamanhos 44 e 45; 1 camisa camuflada com a inscrição SD VETTER, 3 camisas de malha preta de bandas de *rock*; 2 conjuntos de gandola camuflados com a inscrição VETTER; considerando-se ter havido, na sentença condenatória contra si proferida, o perdimento em favor da União ou a determinação de destruição dos demais bens apreendidos consigo;

2 – a **devolução**, ao condenado **Antônio Donato Baudson Peret**, dos seguintes objetos (fls. 307/308 e 436): 1 forma de gelo preta; 1 capa do filme “Assassinos por Natureza”; 1 convite de festa do “Túnel do Rock”; cópias de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

documentos pessoais; 2 porta-cd contendo várias mídias; 1 apetrecho de metal em forma de caveira;

3 – a **devolução**, ao condenado **Marcus Vinícius Garcia Cunha**, dos seguintes objetos (fls. 166, 307/308 e 436): 3 fotos 3x4; 1 celular Samsung;

4 – a **remessa** ao **MPF**, juntamente com os presentes autos, para as providências que se fizerem cabíveis, com fundamento no art. 40, CPP, e atentando-se para o laudo pericial juntado às fls. 634/648, dos bens apreendidos em poder de Paulo Roberto Freitas (fls. 318/319 e 436): 1 *notebook* Samsung; 1 livro sobre Hitler; 1 touca ninja preta; 1 camisa preta do Movimento Pátria Nossa; 1 envelope contendo uma carta enviada por Jair Bolsonaro; 2 fichas em branco de inscrição no Movimento Pátria Nossa; 1 fotografia com dedicatória no verso para "Paulinho"; 1 *pendrive* de 4 GB;

5 – a **destruição** dos demais bens apreendidos.

Com relação especificamente ao sentenciado Marcus Vinícius, deixo de reconhecer sua incapacidade para o exercício do pátrio poder sobre seu filho Gabriel, apesar do que determina o art. 92, II, CP, por entender, conforme as provas dos autos, ser tal medida completamente traumática e desnecessária à criança. Levo em consideração, ainda, que a pena a que Marcus foi condenado pela prática do crime do art. 244-B, ECA, é menor do que aquela que o art. 1.637, p. ú., do Código Civil exige para que haja a mera suspensão do poder familiar e que houve, afinal de contas, a substituição da pena de prisão por restritivas de direitos, não havendo, por ora, nenhuma impedimento ao pleno exercício, pelo sentenciado, do poder familiar.

Reconheço aos condenados o **direito** de **recorrerem** desta sentença em **liberdade**, ante a inoccorrência, neste momento, dos requisitos para a decretação da prisão preventiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Nº 0026863-20.2013.4.01.3800 - 9ª VARA FEDERAL
Nº de registro e-CVD 00080.2016.00093800.2.00348/00128

Custas, pelos sentenciados, *pro rata*, suspensa a execução em face do sentenciado Marcus Vinícius Garcia, posto que assistido pela Defensoria Pública da União.

Oficie-se à Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Presidência da República, prestando as informações solicitadas por meio do ofício de fl. 970.

Após o **trânsito em julgado final**, a Secretaria deverá lançar o nome dos réus no **rol dos culpados** e oficiar ao **TRE/MG** para os fins do art. 15, III, da CF/88.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se todos (MPF, assistente da acusação, defesas e condenados).

Belo Horizonte, 18 de abril de 2016.

-assinado eletronicamente-
RAQUEL VASCONCELOS ALVES DE LIMA
Juíza Federal Substituta da 9ª Vara